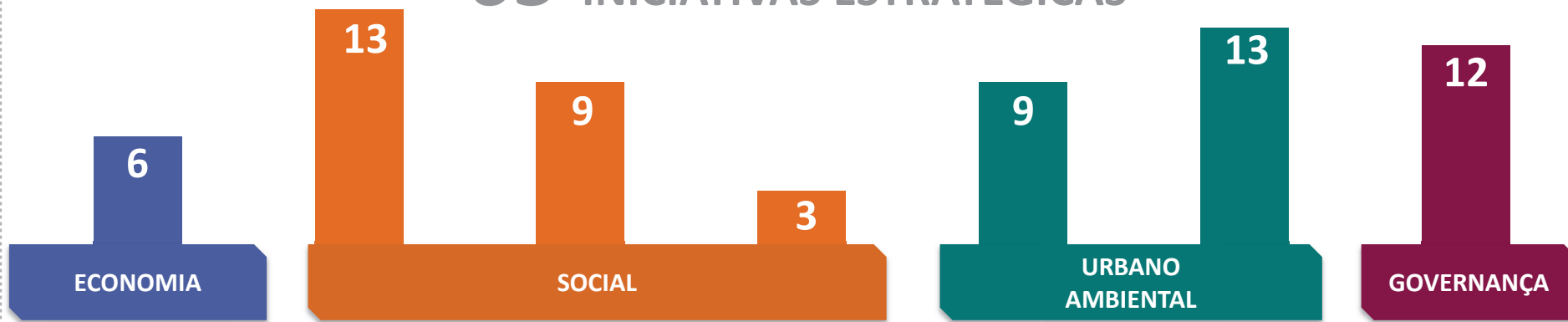


SUMÁRIO EXECUTIVO

65 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



RIO GLOBAL, PRODUTIVO, INOVADOR E DE OPORTUNIDADES

SAÚDE PREVENTIVA E EMERGÊNCIA SOCIAL

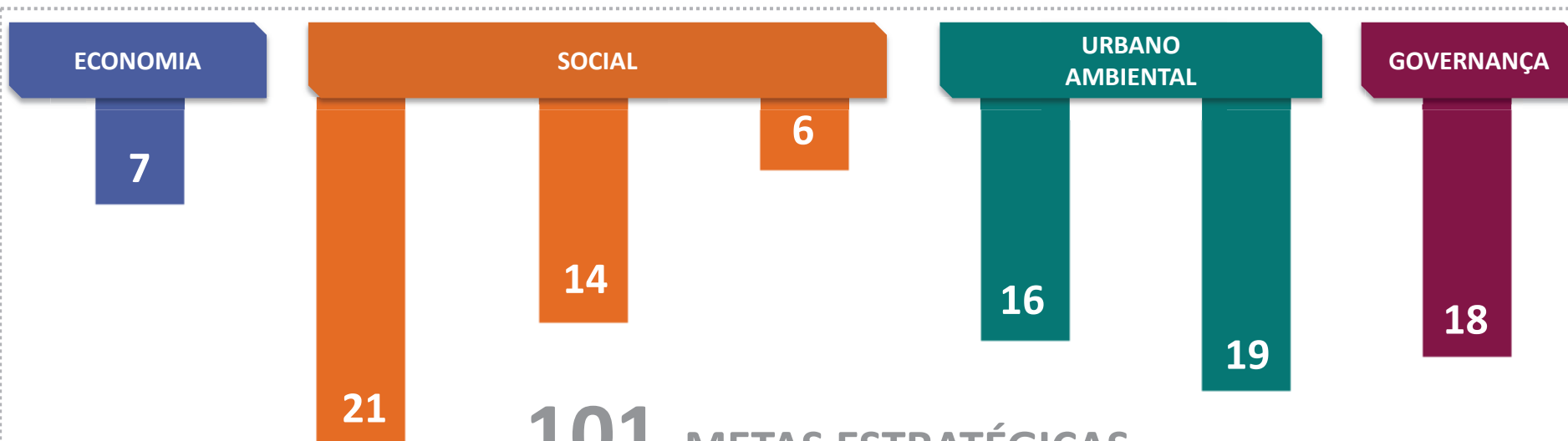
CAPITAL HUMANO NA FORMAÇÃO DO CARIOCA

RIO SEGURO E VIGILANTE

RIO VERDE, LIMPO E SAUDÁVEL

TERRITÓRIO DESCENTRALIZADO, INCLUSIVO E CONECTADO

GOVERNANÇA PARA OS CIDADÃOS



101 METAS ESTRATÉGICAS

Dimensão

ECONOMIA

SOCIAL

Área de Resultado

RIO GLOBAL, PRODUTIVO, INOVADOR E DE OPORTUNIDADES

SAÚDE PREVENTIVA E EMERGÊNCIA SOCIAL

CAPITAL HUMANO NA FORMAÇÃO DO CARIOCA

Iniciativas Estratégicas

ECONOMIA DO FUTURO

RIO VOCAÇÃO GLOBAL

CAPACITA RIO

EMPREENDEDORISMO SOCIAL CARIOCA

RIO DE JANEIRO A JANEIRO

INOVA RIO

GOVERNANÇA HOSPITALAR E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

CLÍNICA DE ESPECIALIDADES

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

VIGILÂNCIA E CONTROLE DO RISCO SANITÁRIO

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

ATENÇÃO À MULHER

PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA

TERRITÓRIOS SOCIAIS

RIO INCLUSIVO

PELOS DIREITOS HUMANOS

CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA

IDOSO CARIOCA

RESTAURANTES POPULARES

CARIOQUINHAS NAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS

RIO ESCOLA INTEGRAL

ALFABETIZAÇÃO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ESCOLAS PARA UM RIO DE PAZ

TIME RIO

MUSEU DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE

VALORIZAÇÃO DA REDE DE CULTURA

CULTURA CIDADÃ

URBANO AMBIENTAL

GOVERNANÇA

RIO SEGURO E
VIGILANTE

RIO VERDE, LIMPO
E SAUDÁVEL

TERRITÓRIO
DESCENTRALIZADO,
INCLUSIVO E
CONECTADO

GOVERNANÇA PARA OS
CIDADÃOS

POLÍTICA DE INCENTIVOS E
PROGRAMA SEGURANÇA
PRESENTE

SEGURANÇA CIDADÃ

MONITORA RIO

PARQUES CARIOCAS

GESTÃO SUSTENTÁVEL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS

PRAÇAS CARIOCAS

EXPANSÃO DO SANEAMENTO

ÁGUAS DO RIO

RIO + VERDE

CONTROLE DE ENCHENTES

RIO + SUSTENTÁVEL

CIDADE PELO CLIMA

LEGISLAÇÃO URBANA

RIO CONECTA

CENTRALIDADES CARIOCAS

ILUMINA RIO

MAIS ACESSIBILIDADE

CONSERVAÇÃO INTELIGENTE

PATRIMÔNIO CARIOCA

TERRITÓRIOS INTEGRADOS

MAIS MORADIAS

EXPANSÃO DO SISTEMA DE
TRANSPORTES

MELHORIA DA MOBILIDADE
URBANA

TRÂNSITO SEGURO

INCENTIVO À MOBILIDADE
POR BICICLETA

PLANEJA RIO

GENTE DE EFETIVIDADE

RIO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE

CIDADE DIGITAL

PREFEITURA & VOCÊ

ORÇAMENTO EFICIENTE

PREFEITURA MAIS PRÓXIMA

RIO METROPOLITANO

PREVIDÊNCIA SUSTENTÁVEL

PROCESSOS DIGITAIS

LICENÇA FÁCIL

PARCERIAS RIO



2017-2020

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIMENSÃO

URBANO AMBIENTAL

ÁREAS DE RESULTADO

- Rio Verde, Limpo e Saudável
- Território Descentralizado, Inclusivo e Conectado

RIO VERDE, LIMPO E SAUDÁVEL

DIRETRIZES

- ❖ Garantir a valorização da paisagem como um ativo da cidade nas propostas de ocupação do território, promovendo-a e preservando-a como identidade cultural e ambiental nos diferentes bairros.
- ❖ Garantir a preservação e a conservação das áreas naturais e de relevante interesse ambiental (Parques Urbanos e demais áreas verdes).
- ❖ Favorecer a interligação de fragmentos florestais.
- ❖ Promover a implantação e a manutenção dos reflorestamentos ecológicos.
- ❖ Promover a ampliação da arborização urbana e garantir sua gestão adequada.
- ❖ Incentivar a Agricultura Urbana Orgânica.
- ❖ Tornar efetiva a proibição legal de lançamento de efluentes sem tratamento primário nos corpos d'água.
- ❖ Diagnosticar e prevenir os riscos e vulnerabilidades intrínsecas à ocupação da zona costeira e às mudanças climáticas.
- ❖ Garantir políticas públicas de Gerenciamento Costeiro alinhadas às normas federais e estaduais.
- ❖ Considerar o potencial econômico da zona costeira e sua importância ambiental, estimulando a proteção e o uso sustentável de seus recursos naturais.
- ❖ Garantir a Segurança Hídrica, visando o suprimento permanente e sustentável de água.
- ❖ Estimular o uso racional da água, incentivando o reuso e evitando o desperdício.
- ❖ Promover a liderança da prefeitura para garantir um programa de universalização da coleta e tratamento de esgoto na cidade.
- ❖ Promover a balneabilidade das praias e a despoluição de rios e lagoas.
- ❖ Promover a renovação do sistema de drenagem com melhorias das condições de escoamento dos rios, valas e galerias.
- ❖ Estimular o aumento da permeabilidade do solo.
- ❖ Buscar o equilíbrio das estruturas hidráulicas existentes, prioritariamente por meio da recuperação da vegetação das encostas e da mata ciliar, e quando necessário, da implantação de estruturas artificiais de retenção .
- ❖ Reduzir a quantidade de resíduos disposta em aterros sanitários, estimulando a participação consciente da população e alternativas sustentáveis de destinação final.
- ❖ Promover a geração de energia a partir da adoção de técnicas de tratamento de resíduos sólidos.
- ❖ Fomentar a logística reversa e os princípios da economia circular na gestão sustentável dos resíduos da cidade.

METAS POR ÁREA DE RESULTADO

M49: Implantar parque urbano na Zona Oeste (AP5) e elaborar plano para implantação de novos parques em áreas ambientalmente frágeis da mesma região, até 2019.

M50: Reduzir em 27%, até 2020, a quantidade de resíduos sólidos dispostos em aterros sanitários.

M51: Aumentar para 13%, até 2020, o volume de resíduos segregados para reciclagem e compostagem.

M52: Recuperar e/ou requalificar 500 praças até 2020.

M53: Aumentar para 68% a taxa de cobertura da rede coletora de esgoto com tratamento na AP 4 ao final de 2020, através da Concessão dos serviços de esgotamento.

M54: Alcançar 70 km de margens de corpos hídricos com atividades de manutenção até 2020.

M55: Aumentar a área protegida da cidade em 4.000 ha até 2020.

M56: Alcançar 80 toneladas de alimentos comercializados em feiras agroecológicas até 2020.

M57: Plantar, até 2020, 120.000 novas mudas de árvores em logradouros públicos (vias, praças, parques urbanos e jardins), garantindo a sua manutenção por no mínimo 1 ano.

M58: Executar 1200 metros das obras e intervenções necessárias no trecho 1, na Bacia do Rio Acari, até 2020.

M59: Implantar 6,7 km de macro drenagem nos Rios Tindiba, Grande, Covanca e Pechincha, na Bacia de Jacarepaguá até 2019.

M60: Emitir certificação de construção sustentável para 10% das novas edificações até 2020.

M61: Implantar o Programa Reinventar o Rio para 5 áreas emblemáticas vazias ou subutilizadas da cidade até 2020, situadas próximas a importantes modais de transportes.

M62: Implantar o Programa Espaço Urbano Completo em pelos menos 15.000 m² de ruas da Cidade até 2020.

M63: Implantar instrumentos de incentivo ao desenvolvimento e aproveitamento de energia renovável, alcançando 60 adesões ao Programa Rio Solar até 2020

M64: Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005.

PARQUES CARIOCAS

Situação Atual

Existe, atualmente, grande disparidade na concentração de parques urbanos na cidade, que estão localizados em sua maioria nas Áreas de Planejamento 1 e 2, Centro e Zona Sul, respectivamente. A criação do Parque Madureira veio atender a uma forte demanda por área de lazer na Zona Norte da cidade, onde há grande concentração demográfica. Na região da Área de Planejamento 5 - AP5 (Zona Oeste), por outro lado, existe uma grande carência de parques e espaços de lazer, ao mesmo tempo em que grandes áreas, muitas vezes ameaçadas por pressão imobiliária irregular, são ambientalmente frágeis e demandam um olhar mais cuidadoso em relação a sua utilização.

Descrição da Iniciativa

“Parques Cariocas” prevê a ampliação de áreas verdes e opções de lazer na Zona Oeste da cidade (AP5), com a implantação de um parque no bairro de Realengo. O programa do parque visa atender às demandas da comunidade para construção de quadras esportivas, campo de futebol, ciclovia, pista de skate, academia da terceira idade, parquinho, quiosques, áreas para piquenique, espelho d'água, entre outros. O desenho do parque promoverá, também, a melhoria da circulação dos pedestres, facilitando o acesso à estação de Realengo.

Está previsto, também, a elaboração de estudos para a implantação de parques em outras regiões da Zona Oeste, ambientalmente frágeis, porém consideradas adequadas para implantação desse tipo de equipamento público, sob o ponto de vista ambiental, bem como de acessibilidade e de população beneficiada.

Resultados Esperados

Aumentar a disponibilidade de espaços de convivência e opções de lazer para a população da Zona Oeste (AP5), contribuindo para a preservação do meio ambiente, com a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, e do patrimônio histórico e cultural da região.

Alinhamento com Metas

- Implantar um parque urbano na Zona Oeste (AP5) e elaborar plano para implantação de novos parques em áreas ambientalmente frágeis da mesma região, até o final de 2019.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Parque de Realengo

Indicadores:

- Área total de Parques implantados



Situação Atual

Os fenômenos de mudança climática chamam a atenção para a importância da preservação da natureza e do uso eficiente dos recursos naturais, convocando a repensar o modelo de desenvolvimento a ser adotado. Dessa forma, para alcançar uma cidade mais socialmente inclusiva e sustentável, deve ser encorajado o debate sobre o tema como forma de aumentar a conscientização sobre as melhores práticas e desafios da sustentabilidade, disseminando instrumentos, práticas e ações sustentáveis que visem à redução das emissões de gases de efeito estufa.

Descrição da Iniciativa

“Rio + Sustentável” consiste na implantação de um conjunto articulado de ações de estímulo à adoção de práticas sustentáveis, por meio de ações de educação ambiental, de liderança pelo exemplo e mecanismos econômicos:

- Ampliação do Programa "Escolas Sustentáveis" na rede municipal de educação, disseminando ações sustentáveis, contribuindo para a conscientização da comunidade escolar sobre os temas de mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável.
- Programa de Educação Ambiental "De Bem com o Planeta": realização de ações de conscientização sobre a relação sustentável que deve existir entre cada pessoa e o planeta, direcionadas a vários públicos e veiculadas por diversos meios.
- Programa de Sustentabilidade Ambiental - Concessão de isenção parcial na cobrança de IPTU definida a partir da adoção de ações de sustentabilidade nas edificações existentes - IPTU VERDE concessão de benefícios fiscais para incentivo à construção ou reforma de edificações, com mecanismos ou estruturas que visem reduzir impactos ambientais nocivos atestada pela emissão da Qualificação QUALIVERDE, bem como incentivar a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural - RPPN.
- Implantação da 1ª etapa do Diagnóstico de Eficiência e Sustentabilidade do Centro Administrativo São Sebastião - CASS: Execução de ações identificadas como prioritárias visando tornar sua operação e manutenção mais eficientes e sustentáveis.

Resultados Esperados

- Disseminação de instrumentos, práticas e ações sustentáveis, estimulando a sociedade a participar mais ativamente do estabelecimento de um comportamento mais sustentável no dia a dia.
- Conscientização da população sobre as consequências de suas escolhas e ações sobre o meio ambiente, motivando-a a perceber a necessidade de mudança de seus padrões de consumo.
- Redução das emissões de gases de efeito estufa.

Alinhamento com Metas

- Emitir certificação de construção sustentável para 10% das novas edificações, até 2020.
- Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- IPTU verde
- Programa Qualiverde
- programa Escolas Sustentáveis
- Programa Ambiente em Movimento

Indicadores:

- Número de Adesões ao Qualiverde
- Número de Escolas Participantes no Programa Escolas Sustentáveis
- Número de Pessoas alcançadas pelas iniciativas de sustentabilidade



TERRITÓRIO DESCENTRALIZADO, INCLUSIVO E CONECTADO

DIRETRIZES

- ❖ Garantir a integridade, conservação e recuperação do Patrimônio Material e Imaterial, promovendo sua sustentabilidade econômica.
- ❖ Promover, em articulação com outros órgãos, a criação e a gestão de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APACs, de entornos de bens tombados e dos Sítios da UNESCO: Rio Patrimônio Mundial - Paisagem Cultural e Patrimônio Mundial Cultural do Valongo.
- ❖ Promover e divulgar o patrimônio cultural da cidade.
- ❖ Estimular a Cidade Compacta, promovendo a reestruturação do uso do solo ao longo das áreas de influência dos corredores de transporte.
- ❖ Valorizar e promover o uso do espaço público, preservando sua integridade e revendo o desenho urbano de forma a privilegiar o pedestre e garantir a acessibilidade.
- ❖ Promover a revitalização de diferentes regiões da cidade, considerando as identidades e características locais.
- ❖ Promover o desenvolvimento e a qualificação de centralidades nas Zonas Norte e Oeste.
- ❖ Assegurar a implantação de infraestrutura urbana especialmente nas áreas desprovidas.
- ❖ Garantir o uso misto e a diversidade de usos e funções no espaço urbano de forma a promover seu dinamismo, revitalização e descentralização.
- ❖ Promover o monitoramento e fiscalização urbanística e ambiental, visando coibir a ocupação em áreas frágeis, especialmente as de alto risco geológico e geotécnico, as sujeitas a inundações e nas demais áreas sujeitas à proteção ambiental.
- ❖ Diversificar e ampliar as formas de oferta de moradia popular e de terra urbana .
- ❖ Priorizar a ocupação dos imóveis vazios ou subutilizados em áreas dotadas de infraestrutura.
- ❖ Incentivar a sustentabilidade das construções.
- ❖ Estimular a moradia em áreas de alta empregabilidade em especial na área central.
- ❖ Reduzir a informalidade do uso e ocupação do solo, promovendo a regularização urbanística e fundiária, revisando a legislação e os procedimentos administrativos de licenciamento e fiscalização .
- ❖ Garantir a mobilidade urbana dando prioridade ao transporte público, que obedeça a hierarquia e integração dos modais, com prioridade para o transporte de alta capacidade
- ❖ Garantir a melhoria do nível de serviço do transporte público coletivo e de massas, assegurando conforto, confiabilidade, regularidade, ocupação, segurança, acessibilidade universal e atualidade tecnológica, além de adotar fonte de energia limpa, definindo políticas de transporte de baixo impacto poluente.
- ❖ Promover a integração físico-operacional e tarifária, diminuindo o tempo de deslocamento e dando capilaridade à rede de transportes.
- ❖ Requalificar a rede estrutural de transportes, considerando as ligações e infraestruturas previstas no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) da cidade.
- ❖ Assegurar a ampliação e consolidação dos sistemas de transporte/tráfego inteligente.
- ❖ Desenvolver políticas de circulação e segurança de pedestres, estimulando o uso e dando melhor qualidade às calçadas.
- ❖ Promover a implantação de políticas de redução de acidentes de tráfego.
- ❖ Incentivar a utilização de transporte cicloviário.

METAS POR ÁREA DE RESULTADO

M65: Ter planos urbanísticos atualizados para pelo menos 30% da área da cidade até 2020.

M66: Executar 185.000 m² de intervenções de qualificação urbana com foco no pedestre em locais de conexão de transportes, até final de 2020.

M67: Lançar Procedimento de Manifestação de Interesse para realização da Operação Urbana Presidente Vargas em 2017.

M68: Modernizar, até o final de 2020, 100% dos pontos de iluminação pública, priorizando as áreas da cidade com maiores taxas de violência registradas, conforme levantamento realizado em 2017.

M69: Reduzir em 40% o consumo de energia elétrica da iluminação pública até 2020.

M70: Implementar 12 km de rotas acessíveis até 2020.

M71: Implementar um Sistema de Gerência de Pavimentos – SGP, de acordo com as normas do DNIT, a partir da análise do estado de conservação de toda a malha viária da cidade até 2020.

M72: Implantar 10 projetos relevantes de preservação do patrimônio e da paisagem cultural da cidade até 2020.

M73: Beneficiar 21 favelas em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), realizando obras de urbanização até 2020.

M74: Concluir os estudos para Requalificação Urbana de Rio das Pedras até 2018.

M75: Beneficiar 100.000 domicílios com procedimentos de regularização urbanística e fundiária até 2020.

M76: Garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020.

M77: Contratar 20.000 Unidades Habitacionais de Interesse Social até dezembro de 2020.

M78: Implantar e iniciar as operações do Corredor Transbrasil até 2020.

M79: Desenvolver os estudos para implantação de 40,4 km de novas ligações da Rede Estrutural de Transportes, implantando e operando, no mínimo 15% destes novos corredores até 2020.

M80: Reduzir em, pelo menos, 50% o tempo de deslocamento nos serviços expressos de todos os corredores BRT implantados até 2017, no horário de pico.

M81: Reduzir o nível médio de ocupação dos ônibus articulados, considerando os serviços mais carregados do BRT, através da promoção de melhorias no Sistema até 2020.

M82: Reduzir a taxa de homicídios culposos no trânsito em, pelo menos, 15% até 2020, em relação ao ano de 2016.

M83: Elaborar e implantar o Plano Diretor Ciclovitário até 2020.

LEGISLAÇÃO URBANA

Situação Atual

Cidades de grande porte, como o Rio de Janeiro, enfrentam diversos problemas que, muitas vezes, são potencializados por legislações e códigos ultrapassados que não apresentam resposta ágil e eficiente a essa dinâmica urbana. Crescimento desestruturado das periferias, espraiamento urbano, inclusive com ocupação de áreas ambientalmente frágeis, conflitos fundiários e desequilíbrio no adensamento populacional são questões que podem e devem ser enfrentadas por um planejamento urbano atento a novos conceitos que privilegiem o crescimento e desenvolvimento sustentável das diversas regiões.

Novas legislações deverão incorporar os preceitos de Cidade Compacta, com densidades adequadas à infraestrutura instalada, reduzindo os custos da ocupação e tornando mais eficiente o uso do espaço urbano. Conceitos como Desenvolvimento Orientado ao Transporte - DOT e de mobilidade sustentável também deverão fazer parte do vocabulário corrente do planejamento da Cidade, sobretudo ao considerarmos os corredores de transporte construídos e investimentos que ainda deverão ser realizados para maior eficiência dessa malha viária.

Descrição da Iniciativa

“Legislação Urbana” busca a melhoria dos processos de planejamento da Cidade, através da revisão e atualização de normas de uso e ocupação do solo, planos urbanísticos e demais planos de gestão da política urbana e ambiental da Cidade, através de duas linhas de atuação:

- Avaliação e Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável;
- Elaboração de planos urbanísticos para diversas regiões da Cidade, em especial a Área de Planejamento 4.

Resultados Esperados

- Promoção do adensamento junto aos corredores de transporte, reduzindo o espraiamento urbano e estimulando a cidade compacta.
- Revitalização e dinamização de diferentes regiões da Cidade, com garantia do uso misto e diversidade de usos e funções no espaço urbano.
- Valorização do espaço público, preservando sua integridade e privilegiando o pedestre e acessibilidade.
- Plano Diretor revisado com participação efetiva da sociedade.
- Proteger as áreas de fragilidade ambiental .

Alinhamento com Metas

- Ter planos urbanísticos atualizados para pelo menos 30% da área da cidade, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Revisão do Plano Diretor
- Elaboração de Planos Urbanísticos

Indicadores:

- Número de planos urbanísticos desenvolvidos/revistos
- Número de planos urbanísticos aprovados na Câmara



Situação Atual

O Rio de Janeiro, de acordo com a última pesquisa Origem/Destino (O/D), elaborada em 2011 dentro do Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU, possui a seguinte divisão modal do deslocamento dos residentes na cidade: transporte público 47%, a pé 27%, carro 23%, bicicleta 1%, outros 2%. Assim, os modos não motorizados já respondem por 28% dos deslocamentos diários (realizam o deslocamento entre a origem e o destino exclusivamente a pé ou de bicicleta). Considerando ainda que o acesso ao transporte público dá-se majoritariamente a pé, pode-se dizer que os 47% que usam transporte público também fazem uma parte de seu deslocamento diário através de modos não motorizados.

Estes números mostram a importância de um programa voltado para a melhoria das condições de caminhabilidade na cidade, com o foco voltado para os centros de bairro, onde ocorre a maioria dos deslocamentos exclusivamente a pé, e para os acessos a estações de transporte público. Esse último ponto possui neste momento um destaque pois a cidade vem num processo de ampliação e melhoria da rede de transporte estrutural (trem, metrô, BRT e VLT) e a melhoria das condições no seu acesso pode impactar positivamente o número de usuários de transporte público. O Rio Conecta, programa de intervenções urbanas, vem nessa direção: melhorar a experiência da caminhabilidade e de uso da bicicleta na cidade, direcionando o Rio de Janeiro no sentido de se tornar uma cidade cada vez mais sustentável.

Descrição da Iniciativa

O “Rio Conecta” tem por objetivo requalificar espaços públicos com grande fluxo de pedestres, como os centros de bairro, onde ocorre a maioria dos deslocamentos exclusivamente a pé, e os acessos a estações de transporte público.

Inicialmente estão previstas duas escalas de intervenções, classificadas como Micro Conexões, com obras de até 1.000m², e Inter Conexões com intervenções que vão de 10.000m² a 25.000m².

A proposta do programa é selecionar, por meio de concurso de ideias, as melhores soluções para questões de acessibilidade, mobilidade, conforto, segurança, qualidade, sinalização e mobiliário.

Resultados Esperados

Aperfeiçoar as condições de caminhabilidade em áreas de grande circulação de pedestres, por meio de melhorias:

- Na Acessibilidade, eliminando obstruções nos passeios, implantando rampas adequadas.
- Na Segurança Viária, com sinalização que acompanhe a linha de desejo do pedestre, com atenção aos raios de giros de forma que proporcionem segurança nas esquinas.
- No acesso às estações de média e alta capacidade: eliminando obstruções, resolvendo problemas de acessibilidade e promovendo integração com outros modais de baixa capacidade como ônibus, bicicleta.
- Na Conexão Ciclovária: Promovendo a continuidade da malha, resolvendo a carência de ciclovias na Zona Norte e Oeste, assim como de bicicletários para incentivar o uso regular da bicicleta.
- Na Arborização: Aprimorando a arborização nos passeios, melhorando o conforto térmico no espaço público.
- Na Segurança: Resolvendo problemas de iluminação, implantando espaços de convivência com mobiliário urbano adequado, tornando as fachadas ativas e os passeios adequados para circulação de pessoas de forma que promovam a segurança no espaço público. A calçada “cuidando das pessoas”.

Alinhamento com Metas

- Executar 185.000m² de intervenções de qualificação urbana com foco no pedestre em locais de conexão de transportes, até final de 2020.
- Reduzir a taxa de homicídios culposos no trânsito em, pelo menos, 15% até 2020, em relação ao ano de 2016.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Concurso de Ideias
- Projeto
- Obras

Indicadores:

- Número de projetos executados pelo Rio Conecta
- Área de calçada implantada pelo Rio Conecta
- Extensão de ciclovias executadas pelo Rio Conecta



CENTRALIDADES CARIOCAS

Situação Atual

Grande parte das áreas centrais não são atraentes para o uso residencial, entre outros fatores, por não oferecerem boas condições de habitabilidade, espaços públicos de qualidade e comércio local que subsidie este tipo de uso. Logo, faz-se necessário, conforme disposto no Plano Diretor, promover projetos e ações para reforçar centralidades, diminuir deslocamentos pendulares e fortalecer potencial habitacional no Centro.

Considerando outras centralidades além do Centro, constata-se que importantes eixos viários da Cidade se notabilizam pela perda de expressão econômica, pela escassez de áreas públicas de lazer e convivência, além de reduzidas áreas com cobertura vegetal, reflexo do processo de expansão urbana. Muitos destes eixos possuem ainda relevante importância pelo valor histórico e cultural de suas centralidades. Portanto, é importante a identificação de oportunidades de requalificação dos terrenos remanescentes das obras dos novos corredores de transporte implantadas na cidade para melhoria do ambiente, assim como planejar intervenções que possam qualificar e redinamizar bairros cortados pelas estações férreas.

Descrição da Iniciativa

Esta iniciativa visa manter e ampliar a revitalização da região central da cidade para torná-la mais atraente não só para fins comerciais e turísticos, mas também para fins habitacionais. Neste sentido, prevê ações para aumentar o potencial habitacional, valorizar o ambiente urbano e o patrimônio cultural e melhorar a infraestrutura e mobilidade no Centro:

- Promover estudos para Reestruturação urbana da Central do Brasil (Operação Urbana Presidente Vargas), pretendendo que esta operação subsidie futuras ações de revitalização em outras centralidades;
- Promover a contratação de novas unidades habitacionais na área central;
- Requalificar logradouros;
- Ocupar e/ou revitalizar imóveis vazios e subutilizados;
- Implantar o Sistema de Escoramento Predial em Imóveis com Risco de Desabamento (SESCORA);

Uma outra vertente da iniciativa será o fortalecimento de outras centralidades para torná-las mais atraentes e dinâmicas. Prevê ações que potencializem atividades econômicas nos bairros e que revisem a legislação de uso e ocupação do solo para promover o desenvolvimento urbano, possibilitando, também, o adensamento de áreas em torno dos eixos de transporte. As principais ações envolvem:

- Realizar estudos para rebaixamento de estações de trem, reconectando bairros separados pela linha férrea;
- Realizar estudos de formas de aproveitamento de 80% das áreas remanescentes objeto de desapropriação total ao longo dos Corredores de Transporte Transcarioca e Transolímpica;
- Desenvolver índice de centralidades para os bairros de forma a monitorar seus desempenhos.

Resultados Esperados

Centro da cidade mais dinâmico, habitado e atraente com ambiente urbano qualificado e agradável de se viver, tendo seus imóveis ocupados e bem conservados, sem riscos de desabamento. Em relação às centralidades, aspira-se por bairros centrais mais adensados com centros de comércio e serviços fortalecidos e consequente aumento de número de empregos e renda. O fortalecimento do centro e centralidades tem como principal objetivo uma cidade com melhor distribuição de renda e oportunidades e mais sustentável devido à diminuição dos deslocamentos para o centro.

Esta Iniciativa, aliada a outras deste plano estratégico como Parques Cariocas, Rio Conecta e Praças Cariocas, consolidam o direcionamento de fortalecimento das centralidades.

Alinhamento com Metas

- Lançar Procedimento de Manifestação de Interesse para realização da Operação Urbana Presidente Vargas em 2017.
- Contratar 20.000 Unidades Habitacionais de Interesse Social até dezembro de 2020.
- Ter planos urbanísticos atualizados para pelo menos 30% da área da Cidade até 2020.
- Executar 185.000 m² de intervenções de qualificação urbana com foco no pedestre em locais de conexão de transportes, até final de 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Operação Urbana Presidente Vargas
- Habitações de Interesse Social na Área Central
- SESCORA
- Índice de Centralidades

Indicadores:

- Número de Unidades Habitacionais de Interesse Social contratadas no Centro
- Número de imóveis atendidos pelo SESCORA
- Percentual de áreas remanescentes objetos de aproveitamento



PATRIMÔNIO CARIOCA

Situação Atual

O Patrimônio Cultural da cidade do Rio de Janeiro abrange os bens de natureza material ou imaterial que, individualmente ou em conjunto, constituem referência da identidade e da memória dos diferentes grupos e manifestações culturais da cidade. Além da proteção de imóveis por seu valor individual, também conjuntos urbanos com características culturais de relevância são protegidos. Atualmente existem no Rio de Janeiro cerca de 2.000 bens tombados e 30 áreas de proteção do ambiente cultural (APAC), além de entornos de bens tombados (AEBT), num total de aproximadamente 16.000 imóveis protegidos, e cerca de 40 bens registrados como patrimônio imaterial.

A proteção legal dos imóveis, entretanto, não é suficiente para garantir a recuperação e/ou conservação desses bens. Parte dos problemas referentes a esta conservação reside na escassez de recursos para a realização de obras, no alto custo das intervenções e na falta de informação, por parte dos proprietários ou moradores das áreas protegidas, acerca da importância do patrimônio cultural da cidade. Grande parte da população ainda desconhece as áreas da cidade que são protegidas e qual a importância de se investir para garantir sua manutenção.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município prevê, em suas ações estruturantes relativas ao Patrimônio Cultural, a ampliação e modernização dos serviços de atendimento ao público, ações voltadas à valorização e divulgação do patrimônio e programas de educação patrimonial. O acesso a informações relativas ao Patrimônio Cultural, bem como a conscientização da população, em especial os comerciantes, sobre a importância da conservação do Patrimônio Cultural podem melhorar a dinâmica da economia urbana nas áreas protegidas.

Descrição da Iniciativa

“Patrimônio Carioca” tem por objetivo promover a divulgação e valorização do Patrimônio Cultural da cidade por meio de ações e programas que criem um ambiente favorável à manutenção e recuperação do espaço urbano, com destaque para as ações de valorização turística das áreas de proteção do ambiente cultural, priorizando o Sítio Rio Patrimônio Mundial – Paisagem Cultural, a implantação do Laboratório de Arqueologia Urbana e a promoção do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial Cultural. Neste contexto, serão implantadas ações e projetos estratégicos para o atendimento dos compromissos no Plano de Gestão do Sítio que é essencial para a manutenção do título de Patrimônio Mundial, além de contribuir para a conscientização da população acerca da importância da paisagem carioca.

Suas ações se dividem em dois tipos: ações de valorização, conservação e salvaguarda de bens protegidos, de natureza material e imaterial; e ações de promoção, divulgação e educação patrimonial, envolvendo trabalho com escolas municipais, publicações e eventos, com o objetivo de tornar mais acessíveis as informações acerca do Patrimônio Cultural da cidade e do seu potencial econômico e turístico.

Resultados Esperados

Uma população mais consciente da importância da manutenção do Patrimônio Cultural, que contribui na fiscalização deste bem coletivo, além de comerciantes que entendem que os investimentos realizados na valorização dos bens e áreas protegidas podem reverter em um incremento da visitação destes locais por cariocas e turistas, com resultados econômicos positivos.

Um órgão municipal de Patrimônio Cultural mais eficiente em suas ações e com maior autonomia.

Alinhamento com Metas

- Implantar 10 projetos relevantes de preservação do patrimônio e da paisagem cultural da cidade até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Ações de valorização, conservação e salvaguarda de bens protegidos, de natureza material e imaterial, como a implantação do Laboratório de Arqueologia Urbana
- Ações de promoção, divulgação e educação patrimonial

Indicadores:

- Número de elementos de sinalização do Sítio Rio Patrimônio Mundial instalados
- Número de placas do Circuito das Escolas Municipais instaladas
- Número de editais de conteúdo lançados para o Centro Carioca de Design
- % concluído das obras do Cais do Valongo





2017-2020

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIMENSÃO

GOVERNANÇA

ÁREAS DE RESULTADO

- **Governança Para os Cidadãos**

GOVERNANÇA PARA OS CIDADÃOS

DIRETRIZES

- ❖ Consolidar a estrutura de planejamento como função permanente de Estado e a articulação intersetorial, fortalecendo a integração transversal das diferentes áreas e políticas de governo.
- ❖ Garantir a eficácia e transparência da gestão pública com a adoção das melhores práticas de gestão de projetos e pelo monitoramento sistemático de indicadores de resultados e metas.
- ❖ Assegurar a gestão técnica e profissional da administração pública municipal, livre de interesses partidários ou de qualquer influência ou discriminação, e em sintonia com o interesse público.
- ❖ Promover a transparência e a participação da população nas políticas públicas, assegurando o aperfeiçoamento da democracia e cidadania .
- ❖ Promover as identidades locais e a governança descentralizada mais próxima da população, de forma a reduzir as desigualdades regionais .
- ❖ Desenvolver Parcerias Público-Privadas em áreas que exigem altos investimentos e capacidade gerencial, especialmente ligadas à infraestrutura, sempre observados os princípios de idoneidade e transparência.
- ❖ Desenvolver parcerias com a sociedade civil organizada, a comunidade acadêmica, e com os think tanks especializados a fim de melhorar a qualidade das políticas públicas de forma transparente.
- ❖ Garantir a adoção de práticas sustentáveis pelos órgãos públicos na consecução de políticas; incluindo eficiência energética, controle de insumos e contratações públicas de obras e de serviço, e conscientização dos servidores.
- ❖ Garantir que os planos, programas e projetos da administração municipal incorporem a lente climática, cumprindo a Lei 5.248/11 - Lei Municipal de Mudanças Climáticas e considerem os documentos técnico-científicos de mitigação e adaptação.
- ❖ Incentivar a difusão tecnológica e a participação em rede como meio de disseminar boas práticas e a democracia.
- ❖ Garantir o incentivo à governança metropolitana, especialmente nas questões de saneamento, logística e transportes, saúde, segurança, emprego e demais funções comuns da metrópole.

METAS POR ÁREA DE RESULTADO

M84: Instituir o “Sistema Municipal de Planejamento, Sustentabilidade e Resiliência” (SMPSR) até 2020.

M85: Reformular, aperfeiçoar e consolidar o modelo de meritocracia a partir de amplo debate com os servidores até 2020.

M86: Incluir a cidade do Rio de Janeiro em, pelo menos, um programa de âmbito nacional e um programa de âmbito internacional, de avaliação de indicadores de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela cidade aos seus cidadãos, até 2020.

M87: Ter 80% dos Líderes Cariocas ocupando Cargos de Direção até 2020.

M88: Implantar os 7 eixos da Gestão Responsável na Prefeitura até 2020.

M89: Alcançar nota máxima no Ranking da Escala Brasil Transparente (EBT) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União até 2020.

M90: Reduzir 30% do risco operacional dos serviços da Prefeitura associados ao ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC até 2020.

M91: Atingir o índice de satisfação com o atendimento ao cidadão de 81,4% até 2020.

M92: Proporcionar receita adicional anual de R\$ 900 milhões, em média, a partir de 2018 e até 2020, ao montante de IPTU, ISS e ITBI arrecadado em 2017.

M93: Implantar o Orçamento Base Zero em três órgãos da Administração Pública Municipal até 2020.

M94: Implantar o modelo de Descentralização Administrativa na Prefeitura do Rio de Janeiro até 2020.

M95: Celebrar termos de cooperação técnica com os 20 municípios que compõem a Região Metropolitana até 2020.

M96: Interromper o processo de descapitalização do Fundo de Previdência dos Servidores da Prefeitura do Rio e criar plano para o equacionamento do déficit atuarial até 2020.

M97: Implantar 80% dos Processos Administrativos, em processo digital até o final de 2020, tendo como referência o ano de 2016.

M98: Emitir 100% das licenças de obras em até 7 dias após envio de toda a documentação e aprovação por demais órgãos a partir de 2018.

M99: Implantar o Sistema Ambiental Online e garantir que, em 2020, ao menos 60% das licenças ambientais sejam expedidas pelo novo sistema.

M100: Aprovar Legislação Municipal, alterando o percentual máximo da receita corrente líquida para contratação de Parcerias Público-Privadas, de forma a alcançar o teto máximo estabelecido na legislação federal até 2020.

M101: Utilizar o limite máximo da Receita Corrente Líquida estabelecida na legislação vigente em projetos aprovados no Conselho Gestor do PROPARG-RIO até 2020.

RIO METROPOLITANO

Situação Atual

A atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar Nº 87, de 16 de Dezembro de 1997, e suas alterações. É constituída por 21 Municípios: Belford Roxo, Cachoeira de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá além do Rio de Janeiro considerada cidade-sede. A Região Metropolitana ocupa uma área de 7.062 km², é a segunda maior área metropolitana do Brasil, a terceira da América Latina e a vigésima do mundo (censo de 2010).

As demandas de infraestrutura urbana, transporte, saneamento, habitação, saúde, segurança pública, entre outras, provenientes dos municípios metropolitanos, sobrecarregam, consideravelmente, a realidade do município do Rio de Janeiro, comprometendo a qualidade de vida urbana. Historicamente, a cidade sempre teve a sua gestão voltada exclusivamente para o seu território, não levando em consideração políticas públicas de integração com os municípios vizinhos. A conurbação ocorrida durante a formação da Região Metropolitana consolidou o espraiamento do tecido urbano transformando o Rio no “núcleo central”, de maior concentração do emprego, e os demais municípios em “dormitórios”. Isto gera um deslocamento de área de milhares de pessoas congestionando o fluxo viário e engessando a mobilidade da cidade.

Descrição da Iniciativa

A Prefeitura vem desenvolvendo uma série de projetos de impacto metropolitano e, para tal, precisa ampliar a estrutura de governança para o atingimento de objetivos compartilhados de forma sistêmica na rede urbana da metrópole.

Para ampliar a participação do Município do Rio de Janeiro no processo decisório sugere-se o “Rio Metropolitano” composta por duas ações estratégicas:

- Participação efetiva da Prefeitura do Rio de Janeiro no processo de elaboração do PEDUI (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), hoje a cargo da Câmara Metropolitana do Governo do Estado;
- Elaboração de ações setoriais e integradas, compartilhadas com municípios metropolitanos, tais como operações urbanas consorciadas Interfederativas, compartilhamento institucional de serviços públicos de saneamento e políticas integradas de transporte, segurança e saúde, dentre outras, a partir da celebração de termos de cooperação técnica com os 20 municípios membros da região metropolitana.

Resultados Esperados

- Fortalecimento da estrutura de governança sobre as ações do Município do Rio de Janeiro que possuam impacto metropolitano. Sua realização se dará a partir do planejamento e articulação dos projetos da cidade do Rio de Janeiro de forma compartilhada com investimentos, planos, programas e projetos do Estado e municípios metropolitanos, propiciando maior integração das propostas, otimização dos investimentos e ampliação dos resultados obtidos.
- Promoção, através de políticas públicas, de integração entre os municípios da grande região metropolitana objetivando a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Alinhamento com Metas

- Celebrar termos de cooperação técnica com os 20 municípios que compõem a Região Metropolitana até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Governança Metropolitana

Indicadores:

- Número de ações compartilhadas no âmbito metropolitano



Situação Atual

Estima-se que na Prefeitura sejam abertos, a cada ano, 1 milhão de processos em meio físico, com cerca de 30 páginas cada. Existem 23 sistemas integrados ao SICOP (Sistema de Controle de Processos) e 100 protocolos físicos que permitem acompanhar sua tramitação. Estes números se traduzem na ocupação crescente de espaço para guarda física de processos, na dificuldade de gestão e manipulação dos mesmos e no elevado tempo de tramitação entre órgãos e entidades.

Ademais, após o 1º Censo dos Arquivos Municipais, realizado pelo Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ, entre 2007-2008, estima-se que existam 35km de documentos a serem tratados na Prefeitura. Visando mapear a situação dos locais de guarda e conferir se estavam de acordo com os "Manuais Técnicos" elaborados pelo Arquivo, a equipe técnica da instituição visitou 96% dos 57 órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura, entre 2014-2016. Deste total, apenas 16 possuíam Protocolo e Centro Arquivístico na estrutura organizacional e 7 possuíam local adequado para arquivamento dos documentos. Até a conclusão do levantamento, havia 41 Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos criadas/atualizadas e 18 Tabelas de Temporalidade de Documentos aprovadas, correspondendo respectivamente ao equivalente a 68% e 31% de órgãos da Administração Pública Municipal. Neste sentido, são elevados os custos da burocracia para o cidadão que deve ser atendido de forma rápida, eficiente e eficaz.

Descrição da Iniciativa

“Processos Digitais” contempla dois projetos:

- Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e Processo Digital: Esse projeto compreende a implantação da gestão eletrônica de documentos e processos, a fim de permitir a interligação e tramitação eletrônica dos mesmos entre todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Tem-se por objetivo melhorar a eficiência, controle e transparência na tramitação de processos e documentos, assim como agilizar e facilitar a comunicação e relacionamento com cidadãos e instituições. A implantação permitirá diminuir o consumo de papel, reduzindo custos, reduzindo o impacto no meio ambiente e dando mais agilidade, transparência e controle às análises de processos. Com o novo sistema, os processos poderão ser analisados em mais de uma área simultaneamente, o que deverá reduzir o tempo de tramitação dentro da Prefeitura. Será adotado como plataforma tecnológica o SEI – Sistema Eletrônico de Informações, desenvolvido em software livre.
- Preservação Documental: Esse projeto prevê a racionalização da guarda terceirizada de documentos a partir da Gestão de Documentos, diminuindo a massa documental acumulada na Prefeitura por meio da elaboração e atualização do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública da cidade do Rio de Janeiro. Compreende também a ampliação dos depósitos do Arquivo Geral da Cidade, por meio de convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinados a receber a documentação de caráter permanente da Prefeitura, que será recolhida após a aprovação das Tabelas de Temporalidade elaboradas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta.

Resultados Esperados

- Melhoria da eficiência, controle e transparência na tramitação de processos e documentos, assim como gerar agilidade e facilidade na comunicação e relacionamento com cidadãos e instituições.
- Diminuição do uso de papel na Prefeitura, reduzindo os custos e o impacto no meio ambiente, e dando mais agilidade, transparência e controle às análises de processos.
- Redução no custo da gestão e tramitação de processos em meio físico.
- Implantação do Projeto de Gestão de Documentos em toda a Prefeitura com a ampliação da guarda interna e não terceirizada.
- Ampliação do acesso aos dados da Administração Pública Municipal, auxiliando o Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro a planejar e racionalizar suas atividades.

Alinhamento com Metas

- Implantar 80% dos Processos Administrativos em processo digital até o final de 2020, tendo como referência dezembro de 2016.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
- Preservação Documental

Indicadores:

- Quantidade de Processos Administrativos Digitais
- Recurso destinado à guarda terceirizada de documentos
- Quantidade de órgãos da Prefeitura que aplicam as tabelas de temporalidade e destinação de documentos



LICENÇA FÁCIL

Situação Atual

Diversas ações e políticas públicas em nível nacional têm sido implementadas com o objetivo de modernizar e simplificar os processos de licenciamento junto aos órgãos de governo. De modo a alcançar este objetivo, tem-se adotado diferentes estratégias, como a definição de uma entrada única para as solicitações, integração entre os diferentes setores envolvidos ou, ainda, a autodeclaração de informações, esta última principalmente para licenciamentos relacionados a atividades de baixo risco.

A Prefeitura necessita modernizar seus processos de licenciamento urbanístico e ambiental, adequando-os ao que já vem sendo feito com sucesso por outras entidades, conferindo maior agilidade e clareza aos procedimentos disponibilizados à população.

Descrição da Iniciativa

“Licença Fácil” é composta por três programas que visam à modernização dos processos de licenciamento na Prefeitura:

- Modernização do licenciamento de obras: Promove maior integração entre os órgãos envolvidos, através de sistema 100% online trazendo maior eficiência para os processos e redução significativa do tempo médio de emissão das licenças. O projeto também inclui a revisão e simplificação dos instrumentos de regulação urbanística e edilícia: Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS; Código de Obras e Edificações – COE; Lei de Parcelamento do Solo – LPS; e Código de Licenciamento e Fiscalização de Obras Públicas e Privadas – CLFOPP.
- Certidões Digitais: Desenvolvimento de sistema de produção e emissão em ambiente web (online) de Certidões de Reconhecimento e Nomenclatura de Logradouro e de Revisão de Numeração de Imóvel, centralizando e digitalizando as base de dados existentes e vinculando as informações ao Sistema de Licenciamento (SisLic) da Prefeitura.
- Modernização do licenciamento ambiental: Objetiva implantar sistema de licenciamento ambiental online no qual será possível o acesso a todas as fases dos processos, upload e download de documentos, tramitação eletrônica e integração de informações dos processos com outros sistemas.

Resultados Esperados

- Obtenção de maior agilidade e transparência aos processos de licenciamento urbanístico e ambiental considerados, otimizando recursos e a infraestrutura atualmente disponível nos órgãos envolvidos.
- Melhoria na prestação de serviços públicos aos cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento de ações de licenciamento, regularização fundiária e urbanística.

Alinhamento com Metas

- Emitir 100% das licenças de obras em até 7 dias após o envio de toda a documentação e aprovação dos demais órgãos, a partir de 2018.
- Implantar o Sistema Ambiental Online e garantir que, em 2020, ao menos 60% das licenças ambientais sejam expedidas pelo novo sistema.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Modernização do licenciamento de obras
- Modernização do licenciamento ambiental
- Certidões Digitais

Indicadores:

- Número de licenças emitidas em até 7 dias após a implantação do sistema
- Percentual de certidões emitidas pelo sistema de Certidões Digitais Online
- Número de licenças ambientais emitidas pelo sistema

